



Boletim Trimestral de Concessões – 1.º Trimestre de 2017

U T A P

Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Conteúdos

1. Sumário Executivo.....	6
2. Factos relevantes.....	7
2.1 Setor Energético.....	7
2.1.1 Alterações regulatórias no setor elétrico e do gás natural.....	7
2.2 Setor Portuário	8
2.2.1 Processo de renegociação do Contrato de Concessão do TCGL.....	8
2.2.2 Processo de renegociação do Contrato de Concessão do TCL	9
2.3 Sector das Águas e Resíduos	9
3. Fluxos Financeiros no Setor Portuário	11
3.1 Tipologia dos fluxos financeiros	11
3.2 Evolução dos fluxos financeiros	11
3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros no 1.º trimestre de 2017	11
4. Anexos	17

Índice de Quadros

Quadro 1 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga	6
Quadro 2 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga	12
Quadro 3 – Movimento de Carga Total das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga.....	12
Quadro 4 – Receitas das Administrações Portuárias por concessão no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga.....	16
Quadro 5 – Identificação das concessões no setor dos Portos.....	17
Quadro 6 – Identificação das concessões das Águas.....	18
Quadro 7 – Identificação das concessões para o Gás Natural.....	18
Quadro 8 – Identificação das concessões para a Eletricidade.....	19
Quadro 9 – Identificação da concessão Hídrica.....	19
Quadro 10 – Identificação da concessão Aeroportuária.....	19
Quadro 11 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga	20
Quadro 12 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga	21

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2014 a 2017	13
Gráfico 2 – Distribuição do total das rendas dos terminais portuários concessionados por Administração Portuária no 1.º trimestre de 2017	14

Siglas

1T 2017	1.º trimestre de 2017
1T 2016	1.º trimestre de 2016
2017P	Previsão para 2017
AdP	AdP - Águas de Portugal
AdP, S.A.	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.
APDL	Administração dos Portos de Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.
APL	Administração do Porto de Lisboa, S.A.
DRE	Diário da República Eletrónico
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
M€	Milhões de Euros
n.a.	Não aplicável
TCGL	Terminal de Carga Geral e Granéis Sólidos de Leixões
TCL	Terminal de Contentores de Leixões
TEU	<i>Twenty Feet Equivalent Unit</i> / Unidade equivalente a um contentor
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos
Δ 1T2017/1T2016	Variação ocorrida entre o 1.º trimestre de 2017 e o 1.º trimestre de 2016

Notas metodológicas

No presente boletim trimestral são apresentados, de forma sistemática, os valores dos encargos e das receitas com as concessões de diversos setores de atividade (nomeadamente, águas, resíduos, setor energético, portos e aeroportos).

Os valores dos fluxos financeiros indicados no presente boletim foram recolhidos junto das entidades gestoras dos contratos públicos e nos respetivos *websites* e/ou boletins/relatórios de atividade.

Com efeito, a responsabilidade pela veracidade e coerência dos dados e valores aqui apresentados é, em primeira instância, das respetivas entidades gestoras que os disponibilizaram.

No âmbito da análise e leitura dos valores objeto do presente boletim, importa tomar em consideração o seguinte:

- Os valores incluem IVA à taxa legal em vigor; e
- Os valores apresentados são arredondados à unidade mais próxima.

1. Sumário Executivo

A UTAP, entidade sob a tutela do Ministério das Finanças, tal como criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, apresenta, por solicitação expressa da mencionada tutela, o boletim informativo das concessões, relativo ao 1.º trimestre de 2017, o qual procura fornecer uma visão sumária e sistematizada da informação considerada relevante em determinadas concessões dos setores portuário, energético, das águas e resíduos e aeroportuário, sem prejuízo de demais publicações ou informação da responsabilidade de outras entidades competentes em cada um dos mencionados setores.

No que concerne aos fluxos financeiros do setor público com as concessões, destacam-se as receitas relativas ao setor portuário, referentes sobretudo às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos portos analisados (os portos do Douro e Leixões, de Sines, de Lisboa, de Setúbal e de Aveiro), tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão celebrados entre estas e as respetivas autoridades portuárias.

Quadro 1 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2017	Peso no Total	1T2016	Δ 1T2017 / 1T2016	2017 P	% Execução
Douro e Leixões	7 172	41%	7 144	0%	27 444	26%
Sines	4 677	27%	3 952	18%	20 333	23%
Lisboa	4 086	23%	3 478	17%	14 534	28%
Setúbal	1 568	9%	1 560	1%	7 993	20%
Aveiro	122	1%	112	9%	465	26%
Total	17 625	100%	16 247	8%	70 769	25%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

No 1.º trimestre de 2017, as receitas das Administrações Portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram, em termos globais, um acréscimo de 8% face ao trimestre homólogo de 2016, ascendendo a 17,6 milhões de euros. Destacam-se, (i) pela sua importância em termos de peso relativo no total das receitas portuárias (41%), o caso dos portos do Douro e Leixões, em que as receitas auferidas pela respetiva Administração Portuária permaneceram praticamente idênticas ao registado no período homólogo anterior, e (ii) pelo seu contributo para a evolução global das receitas verificada no trimestre, o caso dos portos de Sines e de Lisboa, os quais registaram, respetivamente, um aumento de cerca de 18% e 17% das receitas face ao período homólogo anterior.

A evolução das receitas das Administrações Portuárias acompanhou a tendência de crescimento verificada no movimento global de mercadorias dos terminais concessionados, tendo esta última sido fortemente influenciada pela evolução registada no porto de Sines.

2. Factos relevantes

2.1 Setor Energético

2.1.1 Alterações regulatórias no setor elétrico e do gás natural

Relativamente às atividades reguladas dos setores elétrico e do gás natural, em particular naquelas atividades sujeitas a concessões do Estado, importa destacar os seguintes eventos ocorridos durante o 1.º trimestre de 2017:

- Diretiva n.º 1/2017¹ emitida pela ERSE, mediante a qual a referida entidade reguladora aprova as tarifas e os preços para a energia elétrica e outros serviços em 2017;
- Portaria n.º 20/2017² que define a tarifa de referência aplicável durante 2017 à eletricidade vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público, oriunda de unidades de pequena produção que utilizam fontes de energia renovável, nos termos do artigo 31.º do Decreto -Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro;
- Diretiva n.º 2/2017³ emitida pela ERSE, mediante a qual a referida entidade reguladora aprova os perfis de perdas, perfis de consumo, perfis de produção e perfis para instalações de autoconsumo aplicáveis em 2017 no setor elétrico;
- Portaria n.º 39/2017 que altera o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais com consumos em baixa tensão normal para 31/12/2020;
- Portaria n.º 41/2017⁴ que estabelece o regime de remuneração da reserva de segurança prestada ao Sistema Elétrico Nacional através de serviços de disponibilidade fornecidos pelos produtores de energia elétrica e outros agentes de mercado;
- Diretiva n.º 3/2017⁵, emitida pela ERSE, relativamente à formação do preço da banda de regulação secundária; e
- Decreto-Lei n.º 25/2017⁶ que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017, nomeadamente normas com aplicação ao regime das taxas de ocupação do subsolo, com incidência no setor do gás natural.

¹ Diretiva n.º 1/2017, de 15 de dezembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 3 de janeiro de 2017.

² Portaria n.º 20/2017, de 30 de dezembro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 8, de 11 de janeiro de 2017.

³ Diretiva n.º 2/2017, de 28 de dezembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 12 de janeiro de 2017.

⁴ Portaria n.º 41/2017, de 24 de janeiro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 20, de 27 de janeiro de 2017.

⁵ Diretiva n.º 3/2017, de 28 de dezembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 27 de janeiro de 2017.

⁶ Decreto-Lei n.º 25/2017, de 28 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 25, de 3 de março de 2017.

2.2 Setor Portuário

2.2.1 Processo de renegociação do Contrato de Concessão do TCGL

Na sequência do processo negocial levado a cabo pela comissão de negociação⁷ do Contrato de Concessão do Terminal de Carga Geral e Granéis Sólidos de Leixões (“Contrato TCGL”)⁸, foram finalizados, em janeiro de 2017, os trabalhos da comissão de negociação, com a submissão do respetivo Relatório da Comissão de Negociação aos membros competentes do Governo, nos termos e para os efeitos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, o qual veio a ser aprovado por Sua Exa. a Senhora Ministra do Mar e por Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, em 16 de fevereiro de 2017.

Neste contexto, no passado dia 9 de março de 2017, foi assinado um novo aditamento ao Contrato TCGL, designado *“Quarto Aditamento ao Contrato de Concessão do Direito de Exploração, em Regime de Serviço Público, da Atividade de Movimentação de Carga Geral Fracionadas e Granéis nos Cais Convencionados do Porto de Leixões”*⁹.

O referido aditamento contratual foi então submetido pela APDL ao Tribunal de Contas, para efeitos de apreciação em sede de visto prévio nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas¹⁰, que em maio de 2017 decidiu no sentido da não sujeição do aditamento a procedimento de fiscalização prévia.

Consequentemente, as alterações ao Contrato TCGL, materializadas no referido quarto aditamento, encontram-se já em fase de produção de efeitos.

⁷ Comissão nomeada pelo Despacho n.º 4550-A/2014, de 26 de março, do Coordenador da UTAP, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 61, de 27 de março de 2014, alterada através dos Despachos n.ºs 13008/2014, de 16 de outubro, 10887/2015, de 22 de setembro, 12723-A/2015, de 11 de novembro, e 11316-A/2016, de 14 de setembro, todos do Coordenador da UTAP, publicados, respetivamente, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 207, de 27 de outubro de 2014, n.º 192, de 1 de outubro de 2015, n.º 221, de 11 de novembro de 2015, e n.º 181, de 20 de setembro de 2016.

⁸ Contrato de Concessão originalmente celebrado em 30 de março de 2001, entre a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. (atualmente designada APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. “APDL”), na qualidade de concedente, e a TCGL – Terminal de Carga Geral e de Granéis Sólidos de Leixões, S.A., na qualidade de concessionária.

⁹ Os termos e as condições deste aditamento resultaram do referido processo negocial desenvolvido entre a APDL, representada por membros indicados pelos Ministérios do Mar e das Finanças, e a referida concessionária, e materializam, muito em síntese, o compromisso da concessionária praticar até ao final do período da concessão um desconto comercial médio de 30% a aplicar sobre o tarifário máximo e, bem assim, de realizar, a suas expensas, um conjunto de investimentos adicionais, no montante total de 5 milhões de euros, destinados a mitigar o impacto ambiental da operação portuária e incrementar a sua eficiência e sustentabilidade a este nível, os quais não se encontravam previstos no plano de investimentos da concessão à data de início do processo negocial.

¹⁰ Aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, tal como sucessivamente alterada, tendo a última alteração sido introduzida pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

2.2.2 Processo de renegociação do Contrato de Concessão do TCL

Na sequência do processo negocial levado a cabo pela comissão de negociação do Porto de Leixões⁷, com referência ao Contrato de Concessão do Terminal de Contentores do Porto de Leixões (“Contrato de Concessão do TCL”)¹¹, em 23 de março de 2017, foi formalizada, entre a referida comissão de negociação e os legais representantes da concessionária - a sociedade comercial designada TCL – Terminal de Contentores de Leixões, S.A. -, a ata final de negociação, que contém em anexo a minuta estabilizada entre a referida comissão e a concessionária, para o aditamento ao Contrato de Concessão do TCL¹².

Os termos e as condições deste aditamento resultaram do referido processo negocial desenvolvido entre a APDL, representada pela comissão de negociação, e a referida concessionária, e materializa, muito em síntese, o compromisso de a concessionária praticar até ao final do período da concessão um desconto comercial médio de 20% a aplicar sobre o tarifário máximo e, bem assim, de realizar, a suas expensas, um conjunto de investimentos adicionais, no montante total de 43,4 milhões de euros, destinados a incrementar a capacidade da operação portuária do terminal, os quais não se encontravam previstos no plano de investimentos da concessão à data de início do processo negocial.

2.3 Sector das Águas e Resíduos

O programa do XXI Governo Constitucional preconiza a reversão das agregações realizadas pelo anterior Governo, no decorrer de 2015, nas empresas de águas, uma vez que considera que este processo foi unilateralmente imposto aos municípios. Assim, dando cumprimento ao Programa do Governo, procedeu-se, ao longo do 1.º trimestre de 2017, à cisão de dois sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento anteriormente criados, pretendendo, desta forma, garantir a preservação da sustentabilidade económica e financeira do conjunto dos sistemas.

Desta forma, através do Decreto-Lei n.º 16/2017¹³, de 18 de janeiro de 2017, foi criado o novo sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, bem como

¹¹ Contrato de Concessão originalmente celebrado em 20 de dezembro de 1999, entre a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A (atualmente designada APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.), na qualidade de concedente, e a TCL – Terminal de Contentores do Porto de Leixões, S.A., na qualidade de concessionária.

¹² Refira-se que já em maio de 2017 foi apresentado, pela comissão de negociação, aos membros competentes do Governo, o respetivo Relatório da Comissão de Negociação, nos termos e para os efeitos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, o qual veio a ser aprovado por Sua Exa. a Senhora Ministra do Mar e por Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, em 20 de julho de 2017.

Obtida esta decisão favorável, a APDL e a referida concessionária poderão celebrar o Acordo de Aditamento, que deverá, em sequência, ser submetido pela APDL ao Tribunal de Contas, para efeitos de apreciação em sede de visto prévio, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, tal como sucessivamente alterada, sendo a última alteração introduzida pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro).

¹³ Decreto-Lei n.º 16/2017, de 18 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2017.

o novo sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal¹⁴.

Para este efeito, foram ainda constituídas duas novas entidades gestoras, cuja denominação é idêntica à das antigas concessionárias extintas pelo referido decreto-lei, tendo-lhes sido atribuídas, respetivamente, a concessão da exploração e da gestão dos novos sistemas multimunicipais agora criados, sem prejuízo da manutenção do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, bem como da sua sociedade gestora a Águas do Norte, S.A..

Adicionalmente, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo¹⁵, foram criados, através do Decreto-Lei n.º 34/2017¹⁶, de 14 de março de 2017, o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal.

Neste âmbito, foram ainda constituídas duas novas entidades gestoras, a Águas do Tejo Atlântico, S.A. e a SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A., tendo-lhes sido atribuídas, respetivamente, a concessão da exploração e da gestão dos novos sistemas multimunicipais agora criados, sem prejuízo da manutenção da empresa concessionária do anterior sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, a qual, após a cisão, se passou a denominar a Águas do Vale do Tejo, S.A..

¹⁴ Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento anteriormente criado através do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 28 de maio, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 104, de 29 de maio de 2015.

¹⁵ Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento anteriormente criado através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 28 de Maio, publicado de no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 104, de 29 de maio de 2015.

¹⁶ Decreto-Lei n.º 34/2017, de 18 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 60, de 24 de março de 2017.

3. Fluxos Financeiros no Setor Portuário

3.1 Tipologia dos fluxos financeiros

Na presente secção são descritos os fluxos financeiros do setor público relativos às concessões portuárias atribuídas pelas administrações dos portos do Douro e Leixões, de Sines, de Lisboa, de Setúbal e de Aveiro.

Os fluxos financeiros apresentados referem-se, essencialmente, às rendas pagas pelas concessionárias dos diferentes terminais portuários existentes em cada um dos referidos portos, tendo por base o estabelecido nos contratos de concessão em vigor entre estas e as autoridades portuárias (as entidades públicas a quem foi atribuída a responsabilidade pela administração dos portos) em causa.

Deve salientar-se que nos fluxos financeiros apresentados não foram considerados quaisquer investimentos realizados pelas autoridades portuárias, ainda que indiretamente relacionados com estas concessões. Relativamente às receitas obtidas, estas dizem respeito a pagamentos constituídos por uma componente fixa (podendo esta ser, no todo ou em parte, ajustada tendo por base o IPC) e/ou variável, sendo esta última tipicamente calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais e de acordo com o definido contratualmente.

3.2 Evolução dos fluxos financeiros

3.2.1 Evolução dos fluxos financeiros no 1.º trimestre de 2017

No 1.º trimestre de 2017, as receitas das Administrações Portuárias referentes aos terminais portuários concessionados registaram, em termos globais, um acréscimo de 8% face ao trimestre homólogo de 2016, ascendendo a 17,6 milhões de euros. Esta evolução acompanhou a tendência de crescimento verificada, no mesmo período, no movimento global de mercadorias dos terminais concessionados, resultado do acréscimo registado não só nos portos do Douro e Leixões, de Lisboa e de Aveiro, mas principalmente no porto de Sines (ver *Quadro 3* seguinte).

Quadro 2 – Receitas das Administrações Portuárias relativas a rendas das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em milhares de euros

Sector Portuário	1T2017	Peso no Total	1T2016	Δ 1T2017 / 1T2016	2017 P	% Execução
Douro e Leixões	7 172	41%	7 144	0%	27 444	26%
Sines	4 677	27%	3 952	18%	20 333	23%
Lisboa	4 086	23%	3 478	17%	14 534	28%
Setúbal	1 568	9%	1 560	1%	7 993	20%
Aveiro	122	1%	112	9%	465	26%
Total	17 625	100%	16 247	8%	70 769	25%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Quadro 3 – Movimento de Carga Total das concessões portuárias no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Sector Portuário	1T2017	Peso no Total	1T2016	Δ 1T2017 / 1T2016
Douro e Leixões	4 521 657	22%	4 262 127	6%
Sines	12 713 924	61%	11 021 885	15%
Lisboa	2 414 768	12%	2 332 976	4%
Setúbal	1 093 485	5%	1 208 208	-9%
Aveiro	156 619	1%	124 191	26%
Total	20 900 453	100%	18 949 387	10%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se constata no *Quadro 2* anterior, para a evolução verificada nos fluxos financeiros reportados relativamente ao 1.º trimestre de 2017, face ao período homólogo, contribuiu o comportamento positivo das rendas auferidas pela generalidade das Administrações Portuárias, destacando-se, sobretudo, o crescimento registado nos portos de Sines e de Lisboa, de cerca de 18% e 17%, respetivamente.

Relativamente ao porto de Sines, o acréscimo homólogo das receitas portuárias é essencialmente explicado pela intensificação verificada no movimento de mercadorias no Terminal de Contentores XXI, o qual registou, no período em apreço, um aumento de cerca de 54% face ao valor registado no 1.º trimestre de 2016.

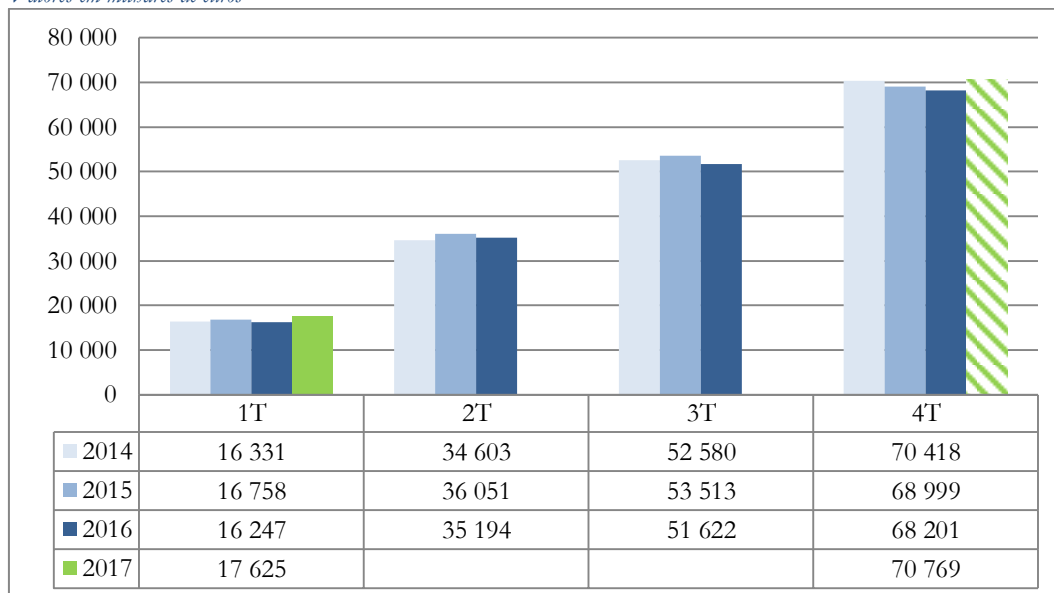
No caso do porto de Lisboa, o referido aumento deve-se, sobretudo, ao facto de, no trimestre em apreço, não terem sido realizadas e/ou anunciadas greves por parte dos trabalhadores portuários deste porto, tendo resultando num acréscimo das quantidades movimentadas de cerca de 4% face ao período homólogo¹⁷.

¹⁷ Salienta-se o facto de, no 1.º trimestre de 2016, o porto de Lisboa ter registado um decréscimo acentuado das quantidades movimentadas, como resultado, sobretudo, das greves ocorridas neste porto (a partir de abril de 2016), cujos efeitos se começaram a sentir logo desde o momento em que as mesmas foram pré-anunciadas.

No *Gráfico 1* seguinte, apresenta-se a evolução das receitas acumuladas com as concessões portuárias por trimestre desde 2014, bem como os valores orçamentados para 2017.

Gráfico 1 – Evolução da receita acumulada por trimestre, no período de 2014 a 2017

Valores em milhares de euros



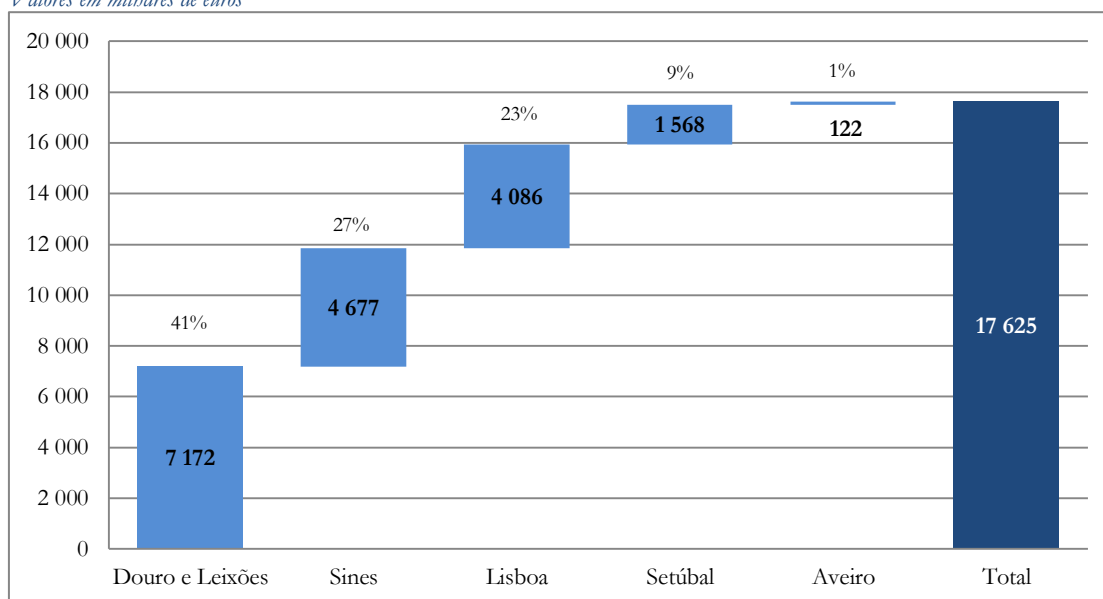
Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: A zona sombreada a verde no 4.º trimestre de 2017 corresponde ao valor total previsto para 2017.

No trimestre em análise, os terminais portuários concessionados dos portos do Douro e Leixões mantiveram a sua posição dominante em termos de contributo para o valor total das rendas do setor portuário, tendo sido responsáveis por cerca de 41% destas, seguindo-se, em termos de ordem de importância, os terminais portuários concessionados dos portos de Sines e de Lisboa, com pesos relativos de 27% e 23%, respetivamente (*cfr. Gráfico 2* seguinte).

Gráfico 2 – Distribuição do total das rendas dos terminais portuários concessionados por Administração Portuária no 1.º trimestre de 2017

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Tal como se verifica no *Quadro 4* seguinte, a receita auferida pela Administração Portuária de Sines registou, no 1.º trimestre de 2017, um acréscimo de cerca de 18% face a igual período de 2016. Esta evolução é explicada, em grande medida, pela intensificação verificada no movimento de mercadorias no Terminal de Contentores XXI, o qual registou, no período em apreço, um aumento de cerca de 54% quando comparado com o número de toneladas movimentadas no período homólogo anterior.

No caso concreto do porto de Lisboa, as rendas da respetiva Administração Portuária registaram um aumento de 17% face ao período homólogo anterior, justificado, sobretudo, pelo facto de o trimestre em apreço não ter sido penalizado por quaisquer greves por parte dos trabalhadores portuários deste porto, o que se traduziu num acréscimo das quantidades movimentadas de cerca de 4% face ao valor registado no 1.º trimestre de 2016¹⁸. Não obstante, registou-se, no período em análise, uma diminuição de aproximadamente 38% das rendas referentes ao Terminal Multiusos do Beato, devido, maioritariamente, à perda da única linha de contentores que operava neste terminal.

Relativamente ao porto de Aveiro, registou-se, no trimestre em apreço, um acréscimo das receitas portuárias de cerca de 9%, em comparação com o trimestre homólogo de 2016, resultado, *por um lado*, do acréscimo de cerca de 26% das quantidades movimentadas no Terminal Sul, face ao período homólogo anterior, e, *por outro lado*, do crescimento registado ao nível das rendas relativas ao Serviço de Reboque.

¹⁸ Salienta-se o facto de, no 1.º trimestre de 2016, o porto de Lisboa ter registado um decréscimo significativo das quantidades movimentadas, como resultado, sobretudo, das greves ocorridas neste porto (a partir de abril de 2016), cujos efeitos se começaram a sentir logo desde o momento em que as mesmas foram pré-anunciadas.

O porto de Setúbal¹⁹ registou, no 1.º trimestre de 2017, um ligeiro aumento das receitas portuárias, de cerca de 1%, face ao valor registado no período homólogo. Esta evolução é explicada pelo efeito combinado (i) do acréscimo verificado ao nível das rendas referentes ao Terminal Multiusos 2 (+4%), resultado do aumento do volume de carga contentorizada verificado no período em análise, e (ii) da redução das rendas relativas aos terminais de Granéis Sólidos (-11%), Multiusos 1 (-5%) e de Granéis Líquidos (-2%), provocada pela diminuição das quantidades movimentadas nos respetivos terminais.

Por último, e no caso concreto dos portos do Douro e Leixões, as receitas auferidas pela respetiva Administração Portuária permaneceram praticamente idênticas ao valor registado no período homólogo anterior, destacando-se, pelo seu peso no total das rendas portuárias e das quantidades movimentadas, o Terminal de Contentores de Leixões, o Terminal de Produtos Petrolíferos e o Terminal de Carga a Granel de Leixões, os quais, em conjunto, representaram aproximadamente 96% das referidas rendas e das quantidades movimentadas no trimestre em apreço.

No quadro seguinte apresenta-se o valor das receitas auferidas pelas Administrações Portuárias em cada um dos terminais concessionados.

¹⁹ Importa referir que, no caso deste porto, os fluxos financeiros têm por base o movimento de mercadorias dos terminais concessionados no trimestre imediatamente anterior àquele que se encontra em análise.

Quadro 4 – Receitas das Administrações Portuárias por concessão no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em milhares de euros

Setor Portuário		1T2017	Peso no Total	1T2016	Δ 1T2017 / 1T2016	2017 P	% Execução
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	4 443	25%	4 384	1%	16 263	27%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	937	5%	1 013	-7%	3 768	25%
	Silos de Leixões	42	0%	49	-13%	212	20%
	Terminal de Produtos Petrolíferos	1 535	9%	1 492	3%	6 277	24%
	Terminal de Granéis Líquidos Alimentares	0	0%	0	n.a.	0	n.a.
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	165	1%	165	0%	661	25%
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	18	0%	18	0%	157	11%
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	7	0%	0	100%	21	33%
	Exploração Turística-Hoteleira	0	0%	0	n.a.	0	n.a.
	Exploração de Restaurante e Bar	19	0%	18	0%	74	25%
	Marina de Gaia	5	0%	5	1%	11	50%
	Subtotal Douro e Leixões		7 172	41%	7 144	0%	27 444
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	1 145	6%	387	196%	6 141	19%
	Terminal Multipurpose de Sines	1 132	6%	1 178	-4%	4 593	25%
	Terminal de Petroleiro e Petroquímico	111	1%	108	3%	436	25%
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	210	1%	211	-1%	849	25%
	Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	2 078	12%	2 067	1%	8 314	25%
	Subtotal Sines		4 677	27%	3 952	18%	20 333
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	649	4%	585	11%	2 545	26%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	1 515	9%	1 056	43%	6 427	24%
	Terminal Multipurpose de Lisboa	999	6%	708	41%	1 377	73%
	Terminal Multiusos do Beato	144	1%	231	-38%	977	15%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	182	1%	173	5%	694	26%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	197	1%	207	-5%	776	25%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	158	1%	215	-26%	728	22%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	148	1%	193	-23%	596	25%
	Terminal do Barreiro	31	0%	24	30%	90	34%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	53	0%	86	-38%	288	18%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	10	0%	0	n.a.	36	28%
	Subtotal Lisboa		4 086	23%	3 478	17%	14 534
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	452	3%	475	-5%	2 170	21%
	Terminal Multiusos Zona 2	996	6%	954	4%	5 245	19%
	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	79	0%	89	-11%	410	19%
	Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	41	0%	42	-2%	168	24%
	Subtotal Setúbal		1 568	9%	1 560	1%	7 993
Aveiro	Terminal Sul de Aveiro	89	1%	84	6%	333	27%
	Serviço de Reboque Aveiro	33	0%	28	17%	132	25%
	Subtotal Aveiro		122	1%	112	9%	465
Total		17 625	100%	16 247	8%	70 769	25%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

4. Anexos

Quadro 5 – Identificação das concessões no setor dos Portos

Sector Portuário	Concessionário	Ano de Início	Prazo	Invest. Concessionária ⁽¹⁾ (milhões de euros)	Invest. Concedente ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	TCL - Terminal de Contentores de Leixões SA	2000	25	53
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	TCGL - Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões SA	2001	25	33
	Silos de Leixões	Silos de Leixões, Unipessoal Lda	2007	25	5
	Terminal Produtos Petrolíferos	Petrogal, SA	2006	25	n.d.
	Terminal de Granéis Líquido Alimentares	E.D. & F. Man Portugal Lda	2001	15 ⁽²⁾	n.d.
	Terminal Expedição de Cimento a Granel	SECIL - Comp. Geral de Cal e Cimento, SA	2001	15 + 5 ⁽³⁾	n.d.
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	Docapesca - Portos e Lotas SA	1995	25	n.d.
	Instalações de Apoio à Navegação de Recreio	Marina de Leixões - Associação de Clubes	1985	25 + 7 ⁽⁴⁾	n.d.
	Exploração Turística-Hoteleira	Dourocais - Inv. Imobiliários SA	2001	20 ⁽⁵⁾	n.d.
Aveiro	Exploração Restaurante e Bar	Companhia de Cervejas Portugália, SA	2000	20	n.d.
	Terminal Sul Aveiro	Socarpor - Soc. De Cargas Portuárias (Aveiro), SA	2001	25	8
Lisboa	Serviço de Reboque Aveiro	Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, SA	2014	5	3
	Terminal de Contentores de Alcântara	Liscont - Operadores de Contentores SA	1984	⁽⁶⁾	35
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, SA	2000	20	40
	Terminal Multipurpose de Lisboa	TSA - Terminal de Santa Apolónia, Lda ⁽⁷⁾	2015	6	7
	Terminal Multiusos do Beato	TMB - Terminal Multiusos do Beato Op. Portuárias, SA	2000	20	4
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	Empresa de Tráfego e Estiva, SA	2000	20	4
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	3
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, SA	1995	30	87
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	Sovena Oilseeds Portugal, S.A.	1996	30	2
	Terminal do Barreiro	ATLANPORT - Sociedade de Exploração Portuária, SA	1995	30	23
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	LBC - TANQUIPOR, S.A.	1995	30	0
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	Baía do Tejo, S.A.	1995	30	0
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	Tersado - Terminais Portuários do Sado, SA	2004	20	9
	Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, SA	2004	20	12
	Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	1995	25	11
	Terminal de Granéis Liq. de Setúbal	Saptec - Terminais Portuários, SA	2003	25	4
Sines	Terminal Contentores de Sines	PSA Sines - Terminais de Contentores, SA	1999	30	234
	Terminal Multipurpose de Sines	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, SA	1992	25	86
	Terminais Petroléiro e Petroquímico	Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	2003	10 + 5	4
	Serviço de Reboque e Amarração Sines	Reboport-Soc.Portuguesa Reboques Marítimos, SA	2002	20	24
	Terminal de Granéis Liq. e Gestão Integrada de Resíduos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA	2008	30	69
Total				763	959

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2016.

⁽²⁾ O contrato terminou a 31 de dezembro de 2015, não tendo sido renovado.

⁽³⁾ O contrato foi renovado por mais 5 anos, até 17 de maio de 2021.

⁽⁴⁾ O contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2017.

⁽⁵⁾ Em abril de 2015 o Conselho de Administração da APDL deliberou rescindir unilateralmente o contrato de concessão celebrado com a Dourocais – Investimentos Imobiliários, S.A., com efeitos a 1 de julho de 2015. Na sequência desta decisão, a concessionária intentou uma ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos, encontrando-se o respetivo processo em contencioso.

⁽⁶⁾ O prazo desta concessão, originalmente fixado em 20 anos, foi estendido até 2042 por via do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro. Este diploma foi revogado pela Lei n.º 14/2010 de 23 de julho. No entanto, em 3 de março de 2014 foi proferido pelo Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 202/2014, que julga inconstitucionais as normas constantes da Lei n.º 14/2010, de 23 de julho em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade.

⁽⁷⁾ No seguimento do concurso lançado pela Administração do Porto de Lisboa, S.A., em 6 de abril de 2015 foi assinado um novo contrato de concessão, com a TSA Terminal de Santa Apolónia, Lda.. Até então, o terminal encontrava-se concessionado à Operlis – Gestão e Operação Portuária, S.A..

Quadro 6 – Identificação das concessões das Águas

Concessões Águas	Ano de início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Águas do Algarve, S.A. ⁽³⁾	2001	30	599
Águas do Norte, S.A. ⁽³⁾	2015	30	2.017
Águas do Centro Litoral, S.A. ⁽³⁾	2015	30	611
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. ⁽³⁾	2015	30	1.970
Águas de St.º André, S.A.	2001	30	101
Águas Públicas Alentejo, S.A. ^{(2) e (3)}	2009	50	94
Águas da Região de Aveiro, S.A. ⁽²⁾	2009	50	164
TOTAL			5.556

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela AdP, S.A.

Notas: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2016.

⁽²⁾ Parcerias Estado-Autarquias.

⁽³⁾ Foram criados novos sistemas multimunicipais de abastecimento e saneamento. No seguimento do programa do XIX Governo, foram reorganizadas as operações do Grupo AdP, através da agregação de 19 empresas em 5 entidades gestoras, passando as entidades agora reorganizadas a denominar-se Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo (sistema operado em regime de gestão delegada pela EPAL), Águas Públicas do Alentejo e a Águas do Algarve, as quais se encontram em atividade desde 30 de junho de 2015.

Quadro 7 – Identificação das concessões para o Gás Natural

Concessões Energia - Gás Natural	Concessionário	Ano de início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Armaz. Subterrâneo de Gás Natural (Carriço / Pombal)	Transgás Armazenagem, Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	2006	40	19
Distrib. Regional de Gás Natural de Lisboa	Lisboagás GDL Soc. Dist. Gás Natural de Lisboa, S.A.	2008	40	89
Distrib. Regional de Gás Natural do Centro	Lusitaniagás – Comp. de Gás do Centro, S.A.	2008	40	68
Distrib. Regional de Gás Natural do Sul	Setgás – Soc. Prod. Distrib. Gás, S.A.	2008	40	41
Distrib. Regional de Gás Natural do Norte	EDP Gás Distribuição, S.A.	2008	40	200
Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL (Sines)	REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.	2006	40	202
Receção e Armaz. Subterrâneo Gás Natural (Carriço / Pombal)	REN Armazenagem, S.A.	2006	40	144
Distrib. Regional de Gás Natural da Região do Centro Interior	Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.	2008	40	23
Distrib. Regional de Gás Natural do Vale do Tejo	Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	2008	40	31
Transporte de Gás Natural através da Rede Nacional Transporte de Gás Natural (alta pressão)	REN Gasodutos, S.A.	2006	40	188
Total				1.004

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2016.

Quadro 8 – Identificação das concessões para a Eletricidade

Concessões Energia - Eletricidade	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Rede Elétrica Nacional	REN-Rede Eléctrica Nacional, SA	2007	50	2.850
Exploração da Rede Nac. Distribuição de Elect.	EDP-Distribuição Energia, SA	2009	35	5.555
Exploração Zona Piloto «produção de energia das ondas do Mar»	Enondas, Energia das Ondas, SA	2010	45	3
Total				8.408

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ERSE.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2016.

Quadro 9 – Identificação da concessão Hídrica

Setor Hídrico	Concessionário	Ano Início	Prazo	Investimento ⁽¹⁾ (milhões de euros)
Barragem de Foz Tua	EDP, S.A.	2008	79	437
Barragem Girabolhos	Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Lda.	2013	65 ⁽²⁾	10
Sistema Electroprodutor do Tâmega	Iberdrola Generación S.A.U.	2014	70 ⁽²⁾	74
Total				522

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota: ⁽¹⁾ Valores de investimento acumulado realizado até dezembro de 2016.

⁽²⁾ A contar a partir da data de entrada em exploração e não do início do contrato de concessão.

Quadro 10 – Identificação da concessão Aeroportuária

Concessões Aeroportuárias	Concessionário	Ano	Prazo	Investimento (milhões de euros)
Concessão de aeroportos	ANA - Aeroportos de Portugal, S.A	2012	50	n.d.

Fonte: UTAP, a partir de dados constantes do DRE.

Quadro 11 – Carga total movimentada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em toneladas

Setor Portuário		1T2017	Peso no Total	1T2016	Δ 1T2017 / 1T2016
Douro e Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	1 505 256	7%	1 514 747	-1%
	Terminal de Carga a Granel de Leixões	855 282	4%	950 312	-10%
	Silos de Leixões	144 887	1%	171 138	-15%
	Terminal de Produtos Petrolíferos	1 990 713	10%	1 612 678	23%
	Terminal de Granéis Líquidos Alimentares	0	0%	0	n.a.
	Terminal de Expedição de Cimento a Granel	24 350	0%	12 140	101%
	Serviço de Descarga, Venda e Expedição de Pescado	1 169	0%	1 111	5%
Subtotal Douro e Leixões		4 521 657	22%	4 262 127	6%
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	6 378 112	31%	4 149 775	54%
	Terminal Multipurpose de Sines	1 531 871	7%	1 805 911	-15%
	Terminal de Granéis Líq. e Gestão de Resíduos	4 803 941	23%	5 066 199	-5%
Subtotal Sines		12 713 924	61%	11 021 885	15%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	520 572	2%	383 557	36%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	392 810	2%	355 554	10%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	250 919	1%	269 605	-7%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - Operlis	0	0%	0	n.a.
	Terminal Multiusos do Beato	93 155	0%	43 708	113%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	155 087	1%	146 956	6%
	Terminal de Granéis Alimentares da Trafaria	301 317	1%	371 050	-19%
	Terminal de Granéis Alimentares da Beato	104 699	1%	191 604	-45%
	Terminal de Granéis Alimentares de Palença	269 328	1%	278 481	-3%
	Terminal do Barreiro	141 191	1%	155 838	-9%
	Terminal de Granéis Líquidos do Barreiro	185 690	1%	136 623	36%
	Terminal do Seixal - Baía do Tejo	0	0%	0	n.a.
Subtotal Lisboa		2 414 768	12%	2 332 976	4%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1				
	Contentores	1 670	0%	2 484	-33%
	Carga Geral e Granéis	367 732	2%	424 403	-13%
	Outros	10 386	0%	8 625	20%
	Subtotal	379 788	2%	435 512	-13%
	Terminal Multiusos Zona 2				
	Contentores	400 484	2%	366 788	9%
	Carga Geral + Outros	143 184	1%	169 826	-16%
	Subtotal	543 668	3%	536 614	1%
Terminal de Granéis Sólidos de Setúbal	122 768	1%	180 157	-32%	
Terminal de Granéis Líquidos de Setúbal	47 261	0%	55 925	-15%	
Subtotal Setúbal		1 093 485	5%	1 208 208	-9%
Aveiro	Terminal Sul Aveiro	156 619	1%	124 191	26%
	Subtotal Aveiro	156 619	1%	124 191	26%
Total		20 900 453	100%	18 949 387	10%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

Nota: Os valores apresentados incluem carga fracionada, carga contentorizada, *Ro-Ro*, granéis sólidos e granéis líquidos, quando aplicável.

Quadro 12 – Movimento de carga contentorizada nos terminais portuários concessionados no 1.º trimestre de 2017 - respetiva variação homóloga

Valores em TEU

Setor Portuário		1T2017	Peso no Total	1T2016	Δ 1T2017 / 1T2016
Leixões	Terminal de Contentores de Leixões	155 463	19%	158 030	-2%
	Subtotal Leixões	155 463	19%	158 030	-2%
Sines	Terminal de Contentores de Sines XXI	494 455	62%	309 857	60%
	Subtotal Sines	494 455	62%	309 857	60%
Lisboa	Terminal de Contentores de Alcântara	48 993	6%	36 103	36%
	Terminal de Contentores de Santa Apolónia	34 396	4%	31 333	10%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - TSA	28 506	4%	29 483	-3%
	Terminal Multipurpose de Lisboa - Operlis	0	0%	0	n.a.
	Terminal Multiusos do Beato	0	0%	222	-100%
	Terminal Multiusos do Poço do Bispo	703	0%	1 215	-42%
	Terminal do Barreiro	0	0%	0	n.a.
	Subtotal Lisboa	112 598	14%	98 356	14%
Setúbal	Terminal Multiusos Zona 1	99	0%	197	-50%
	Terminal Multiusos Zona 2	40 007	5%	33 887	18%
	Subtotal Setúbal	40 106	5%	34 084	18%
Total		802 622	100%	600 327	34%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.